



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 3

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 06/04/2021

Maria Lidia Mattos Valdivia

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Relações Internacionais e Defesa
Rio de Janeiro - RJ
<http://lattes.cnpq.br/8536282399203828>

RESUMO: O patriarcado é uma temática amplamente discutida no campo de estudos feministas, repleto de abordagens plurais e interdisciplinares. Este artigo, por sua vez, explora como o patriarcado constitui uma estrutura cuja ontologia é fundamentada pelo seu potencial subalternizador: a dominação masculina, sob diferentes níveis de interseccionalidade e penetração nos sistemas, ocorre por meio de constantes práticas de insegurança feminina e ritualização de traumas de gênero. Esta estrutura, portanto, não atua somente na vulnerabilização da mulher em sentido puramente biológico, mas sobretudo nas construções subjetivas de identidades dicotômicas de gênero. Por meio de uma metodologia feminista e pós-estruturalista, o artigo analisa como as práticas discursivas embasadas em significantes de gênero constituem as subjetividades das relações, das ações e dos corpos. O artigo é desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica e sua relação com a privatização da feminilidade, por meio da análise do caso de abuso sexual de Mariana Ferrer em 2018, bem como sua relação com

a politização do trauma de gênero no conflito internacional, mediante o estudo das práticas discursivas acerca de estupros de guerra na antiga Iugoslávia.

PALAVRAS - CHAVE: Gênero; patriarcado; biopoder; trauma.

THE ONTOLOGY OF PATRIARCHAL BIOPOWER: THE SILENT TRAUMA OF FEMINIZATION

ABSTRACT: Patriarchy is a topic widely discussed in feminist studies, filled with plural and interdisciplinary approaches. This article, in turn, explores how patriarchy constitutes an ontological structure based on its subalternizing potential: male domination, under different levels of intersectionality and penetration into systems, occurs through constant practices of female insecurity and ritualization of gender trauma. Therefore, this structure acts in gauging women's vulnerability in a purely biological sense, but above all in the subjective constructions of gender dichotomous identities. Through a feminist and post-structuralist methodology, the article analyzes how discursive practices based on gender signifiers constitute the subjectivities of relationships, actions, and bodies. The article uses bibliographic research and its relation with the privatization of femininity, through the analysis of Mariana Ferrer's sexual abuse case in 2018, as well as its relation with the politicization of gender trauma in the international conflict, through the study of discursive practices regarding war rape in the former Yugoslavia.

KEYWORDS: Gender; patriarchy; biopower;

trauma.

1 | INTRODUÇÃO

As estruturas de dominação exercem poder em todos os campos da vivência humana. A relação entre autoridade e subordinação é produto de uma ininterrupta construção de práticas discursivas simultaneamente sonoras e silenciosas, mais profundas do que simplesmente as maneiras pelas quais o Estado subjuga seus próprios indivíduos ou, ainda, sua expressão de poder fora de seu próprio território. As narrativas que estruturam as configurações hierárquicas advêm de uma rede de processos identitários idealizados e sentimentais. A racionalidade que, por vezes, é tida como inerente à tomada de decisão das entidades políticas não é capaz de explicar a atuação dos agentes para o benefício ou reafirmação daquilo que lhes constitui em *essência*, ou a forma pela qual seus desejos e paixões se relacionam com o restante do sistema.

A segurança *ontológica* de um agente demanda uma análise que supasse a proteção *corporal*, aquilo que separa o espaço de habitação do *eu* em relação ao *outro*. A manutenção ontológica de um agente é um processo que assegura a existência de suas *subjetividades*, é a busca de permanente conexão entre a noção de sua própria identidade e como ela é percebida. As estruturas que garantem a existência dos sistemas de autoridade se configuram em complexas redes de dominação, controle, linguagem e representação. Estas redes, por vezes, podem convergir para um objetivo comum, e também apresentam momentos de contradição e crise. É seguro afirmar, entretanto, que, a partir do histórico de opressão resultante dos ordenamentos sistêmicos, as categorias de *sexualidade* e *gênero* são uma poderosa ferramenta de disciplinarização e controle social. Porque as categorias de gênero não são biológicas e imutáveis, elas podem ser constantemente construídas a partir de práticas discursivas que, por sua vez, *criam* novas realidades. O gênero e seus significantes, desta maneira, se encontram em *todos* os espaços da existência do sujeito, relacionando ou contrapondo-se a ele reiteradamente.

Torna-se impossível escapar de uma vivência que é produto da socialização de gênero e, de maneira similar, torna-se impossível articular a manutenção do domínio dessas estruturas quando ele é permeado e dependente de hierarquizações de gênero. Este artigo, em particular, analisa a forma como a sexualidade e a expressão de gênero configuram as estruturas de domínio e poder, o silêncio e o som no discurso social e político e, por fim, como essas categorias desempenham um papel na produção contínua da identidade das estruturas de poder em função das inseguranças de gênero e seu trauma.

2 | OS SISTEMAS DE DOMINAÇÃO E A ALFABETIZAÇÃO DOS CORPOS

O patriarcado constitui uma das inúmeras formas de expressão do biopoder. A transição da modernidade de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle expande as redes de dominação e a forma pela qual elas se relacionam com os indivíduos. Na pós-modernidade, as instituições que moldam e corrigem as ações dos sujeitos não necessitam que eles estejam presentes em seus espaços físicos para serem influenciados por suas práticas de controle. A estrutura de autoridade e os indivíduos os quais ela subjuga se encontram em uma realidade interconectada e autoproducente.

Os sujeitos agora não estão subordinados às opressões simplesmente por meio de limitações, padronizações e ritos de instituições específicas, mas carregam as expressões de poder da estrutura no corpo, em seus discursos e nas formas pelas quais socializam um com o outro e com a própria estrutura (FOUCAULT, 1999, p. 302). Inserir a articulação patriarcal no escopo de expressão do biopoder é trazer especial atenção à maneira como esta configuração atua diretamente sobre o *corpo* do sujeito. É a decisão sobre sua vida, sua expressão identitária e o alcance de sua constituição discursiva. Ao mesmo tempo que essa estrutura produz a identidade daqueles que ela explora, ela também reafirma a própria identidade e a própria noção de realidade. A manutenção ontológica das estruturas de poder, desta forma, está atrelada à promoção de formas de controle de regime patriarcal. Diferentemente de uma estrutura puramente estadocêntrica que exerce uma autoridade masculinizada vertical sobre seus nacionais, a estrutura do patriarcado atua horizontalmente na sociedade.

Sylvia Walby define o patriarcado como um “*sistema de estruturas e práticas sociais por meio das quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres*” (WALBY, 1989, p. 214). Compreende, então, um sistema de relações sociais articulado em seis níveis, cuja composição mescla elementos disciplinares e controle biopolítico. Ela estabelece que o modo de *produção* patriarcal caracteriza a primeira estrutura, na qual as mulheres são expropriadas no lar pela divisão sexual do trabalho não remunerado. Por conseguinte, a segunda estrutura diz respeito às relações patriarcais no trabalho remunerado, espaço no qual as mulheres são afastadas de posições superiores e segregadas a empregos tidos como menos qualificados. O terceiro nível refere-se às relações patriarcais no Estado, quando este *sistematicamente* favorece interesses masculinizados por meio de suas políticas e ações. O quarto nível também está localizado no Estado, porém configura-se pela decisão do ente estatal de não intervir na violência masculina. O quinto ponto apresentado por Walby é o de que o patriarcado impõe relações no âmbito da sexualidade, expressado pela heterossexualidade compulsória e o duplo padrão sexual. Finalmente, Walby afirma que o patriarcado também se configura por meio das instituições culturais, que constroem uma narrativa da mulher sob um viés masculinizado em diversos níveis, como religioso, educacional e midiático (WALBY, 1989, p. 220).

Walby explora a estrutura da autoridade patriarcal em três diferentes graus de abstração. O grau mais abstrato é o patriarcado em si, seguido pelos seis níveis citados anteriormente, e, por fim, as práticas patriarcais (WALBY, 1989, p. 220). Este artigo utiliza as transposições entre esses níveis e estruturas para compreender como ela produz controle sobre a vida de uma forma profundamente ligada ao *gênero*. Cada estrutura é produto de seu próprio sistema de comunicações e, por consequência, geradora de intermináveis novas formas discursivas que se relacionam com os demais arranjos de dominação. Isto é, simultânea à construção da subjetividade do indivíduo feminino, observamos também o estabelecimento do sujeito masculinizado. O patriarcado promove não apenas a constituição da identidade dos *sujeitos*, como também um *mundo* intensamente mobilizado pelas subjetividades dicotômicas de gênero. Pierre Bourdieu desenvolve esta temática ao abordar a dominação masculina:

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2003, p. 17)

O alcance sincronicamente objetivo e subjetivo da dominação patriarcal denota a sua eficácia como estrutura biopolítica: além da criação de binômios institucionais, há também a alocação de pensamentos, ações e sentimentos em categorias de gênero. Estas divisões subjetivas são reflexo de um longo regime vincutivo entre ato de fala (ou sua ausência) e corporificação. Ou seja, são um produto da contínua alocação de indivíduos, subjetividades e processos em categorias dicotômicas de gênero, permeando todos os aspectos da vida social, privada e política. No âmbito da linguagem dominante de gênero, os corpos são *alfabetizados*. Nas gramáticas que separam *todas* as palavras em categorias de *masculino* ou *feminino*, como as línguas românicas, é fácil naturalizar os binarismos de gênero e relacioná-los aos sujeitos. Desta forma, a alfabetização dos corpos ocorre ao mesmo tempo que a construção dos indivíduos como agentes sociais. Todo o sistema de socialização dos indivíduos é repleto de significantes sexuais, que se tornam, ao mesmo tempo, características pré-definidas e requisitos identitários para que um ente seja alocado em determinada categoria de gênero. Tomamos os homens como *masculinos* não apenas pela sua apresentação corporal, mas também porque sua virilidade é expressa por meio de sua *topologia sexual* e sua relação com o agente *não-masculino*. Neste sentido, Bourdieu afirma:

Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima /embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto/baixo//subir/descer, fora/dentro//sair/entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobredeterminação pelas harmonias, conotações e correspondências (BOURDIEU, 2003, p. 16)

E ainda:

O corpo tem sua frente, lugar da diferença sexual, e suas costas, sexualmente indiferenciadas e potencialmente femininas, ou seja, algo passivo, submisso, como nos fazem lembrar, pelo gesto ou pela palavra, os insultos mediterrâneos contra a homossexualidade (sobretudo o famoso “bras d’honneur”— “dar uma banana”)²⁵; tem suas partes públicas, face, fronte, olhos, bigode, boca, órgãos nobres da apresentação, nos quais se condensa a identidade social, o ponto de honra, o nif, que obriga a enfrentar ou a olhar os outros de frente, e suas partes privadas, escondidas ou vergonhosas, que a honra manda dissimular. É igualmente através da divisão sexual dos usos legítimos do corpo que se estabelece o vínculo (enunciado pela psicanálise) entre o falo e o lógos: os usos públicos e ativos, de parte alta, masculina, do corpo — fazer frente a, enfrentar, frente a frente (qabel), olhar no rosto, nos olhos tomar a palavra publicamente — são monopólio dos homens; a mulher, que, na Cabília, mantém-se afastada dos lugares públicos, deve de algum modo renunciar a fazer uso público do próprio rosto e de sua palavra (ela anda em público com os olhos baixos, voltados para os pés, e a única expressão que lhe convém é “eu não sei”, antítese da palavra viril, que é afirmação decisiva, cortante, ao mesmo tempo que refletida e calculada (BOURDIEU, 2003, p. 26)

Podemos afirmar, portanto, que o patriarcado não é simplesmente uma estrutura de subjugação da *mulher*. Ele estabelece uma organização dicotômica das categorias de gênero e aloca determinadas identidades como intrínsecas a elas. Se o agente masculinizado é a figura de autoridade do sistema, a expressão de violência do biopoder patriarcal, portanto, ocorre contra o *feminino*. Ela é realizada por meio da capacidade de *feminilizar* os sujeitos. Isto significa que a estrutura de controle constitui, pela feminilização, o sujeito a ser oprimido. Neste artigo, veremos que a estrutura dominante patriarcal realiza uma designação de gênero independentemente do gênero do indivíduo oprimido, resultando em uma *feminização forçada*. Admitir que as mulheres constituem a feminilidade apenas pelo fato de se entenderem como mulheres é reproduzir a patriarcalidade dos sistemas de controle ao invés de compreendê-los e desconstruí-los. A feminilidade forçada é, além de um processo de hierarquização, uma forma de controle social. Essa expressão de poder político dicotômico separa em linhas claras quem são as figuras de autoridade do

sistema e quem são suas figuras subalternas. Ela serve para criar uma estrutura espectral daqueles que se encontram perto ou não do padrão de masculinidade. Até mesmo o ideal hegemônico masculinizado é produto da constante competição e subalternização de várias outras expressões de *hombridade*, a citar Michael Kimmel:

Tal definição de masculinidade era inerentemente instável, exigindo comprovação constante, incluía sempre o risco de falhar. A masculinidade deve ser provada, e assim que ela é provada, ela é novamente questionada e deve ser provada ainda mais uma vez; a busca por uma prova constante, durável, inatingível, torna-se em última instância uma busca tão sem sentido, que ela assume as características, como disse Weber, de um esporte. (KIMMEL, 1998, p. 111)

Como afirmado por Kimmel, as definições acerca da masculinidade hegemônica não são fixas, e sim resultado de sistemas sociais em constante mudança, principalmente quando investigamos a maneira como a masculinidade é expressada através do globo. Seria impossível *consolidar* o que significa ser um homem e a maneira pela qual ele deve agir. Entretanto, é esta multiplicidade no próprio exercício da masculinidade que sustenta o padrão de autoridade imposto pelo patriarcado, que está diretamente relacionado ao seu potencial *subalternizador*: a masculinidade hegemônica só consegue configurar um sujeito como agente individualizado à medida que se discerne do *Outro*, *infantilizando-o*, *racializando-o* ou *feminizando-o*.

A alteridade ocorre por meio da violência. A manutenção do poder patriarcal advém de processos de feminização forçada marcados por inseguranças internas: na manutenção da patriarcalidade das estruturas de poder biopolítico, as performances de gênero dissidentes da padronização estabelecida são sistematicamente violentadas em uma rede de traumas que se torna a norma social. A atuação do patriarcado é impossibilitada quando os sujeitos performam suas identidades livremente, de modo que ele só pode existir enquanto estrutura de dominação por meio da preservação das inseguranças do sujeito feminilizado. O trauma se torna arma poderosa de padronização e silenciamento dos sujeitos. Seja de forma institucionalizada, midiática ou cultural, ele reitera o controle biopolítico da estrutura dominante, ao passo que atua na reprodução das identidades das vítimas dentro de suas categorias específicas de gênero. Este artigo explora a manutenção ontológica do patriarcado a partir da *feminização forçada* e do *trauma* em três diferentes níveis. Relacionando as estruturas propostas por Sylvia Walby às expressões de biopoder, analiso os significantes da privatização da feminilidade, as limitações do sujeito feminino na política e, finalmente, a feminização das relações internacionais no conflito.

3 | A VIOLÊNCIA NÃO VISTA E A VIOLÊNCIA VISTA

O Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher ocorre em 25 de novembro. Nesta data no ano de 2019, várias cidades do Chile foram engolidas pelo fenômeno performático de *“um estuprador no teu caminho”*, que rapidamente foi reproduzido em diversas áreas do globo. Nesta manifestação, as mulheres se organizam em extensas fileiras, vendadas, e gritam as palavras da música enquanto dançam. É um discurso poderoso sobre as maneiras pelas quais o poder patriarcal influi na vida das mulheres. Neste artigo, dou especial atenção à porção da performance em que, além do ato de fala na construção do discurso, a linguagem corporal se apresenta como importante composição narrativa. Ao apontar para o alto no momento da afirmação de que o violador é constituído pela “polícia e pelos juízes”, elas estão aludindo ao Estado, situado acima. Isto mostra *onde* está alocada a mulher nessas relações. *Embaixo. Dentro.*

O feminino é privatizado. A *“violência que você não vê”* e *“a violência que você já vê”* no canto de Las Tesis constituem a constante marginalização da feminilidade dos espaços públicos. Isto é, a opressão do corpo feminizado é naturalizada quando preenche o espaço privado, mas é ausente no espaço público e no discurso político de forma a nunca ser propriamente securitizada. O feminino é forçado a se articular no privado, porque o ambiente externo conta com todo um aparato jurídico, político e econômico estruturado na *patriarcalidade biopolítica*. As instituições não reconhecem e atuam contra as violências às quais o sujeito feminino é exposto e, simultaneamente, criam narrativas de inadequação deste mesmo sujeito ao espaço público.

Em 2018, o Brasil assistiu repetidamente ao trauma de Mariana Ferrer e à constante narração de seu abuso sexual pelo empresário André Aranha. A vítima afirmou ter sido dopada e estuprada no *beach club* onde trabalhava em Santa Catarina. O julgamento foi compartilhado com o público por Mariana nas redes sociais depois de cinco meses estagnado. Em julho de 2019, o empresário se tornou réu no caso de estupro de vulnerável, diante de evidências de material genético e esperma na calcinha da vítima, imagens das câmaras de segurança do local exibindo ambos subindo uma escada de mãos dadas, bem como mensagens de texto e de áudio que a vítima mandou para amigos dizendo *“amiga, pelo amor de Deus, me atende, eu tô indo sozinha, não aguento mais esse cara do meu lado, pelo amor de Deus”* (THE INTERCEPT, 2020).

Segundo o *Art. 217-A* do Código Penal brasileiro, o crime de estupro de vulnerável é qualificado pela prática de *“conjunção carnal ou ato libidinoso”* com a vítima que *“por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”*. Em setembro de 2020, o juiz responsável pelo caso declarou as denúncias de abuso como improcedentes, afirmando que *“não havia provas contundentes nos autos a corroborar a versão acusatória”*

1 O patriarcado é um juiz que nós julga por nascer/ e nosso castigo é a violência que você não vê/ o patriarcado é um juiz que nós julga por nascer/ e nosso castigo é a violência que você já vê.

(THE INTERCEPT, 2020). A defesa do réu confirmou o contato sexual com a vítima, embora tenha apontado que o empresário não se lembrava completamente do ocorrido, apenas que a vítima o seduziu e lhe praticou sexo oral. A sequência do evento resultou em grande repercussão midiática a partir de uma reportagem publicada pelo *The Intercept Brasil*², na qual o advogado do réu pede sua absolvição em função do fato da impossibilidade do réu ter o conhecimento da incapacidade da vítima de resistir ao ato sexual, caracterizando, portanto, uma espécie de “*estupro culposo*”³.

A absolvição do réu gerou indignação nas redes sociais, que contestaram a complacência do judiciário com a teoria de “*estupro sem dolo*”⁴ presente nas alegações finais do promotor Thiago Carriço de Oliveira, invalidando portanto a acusação de estupro de vulnerável. A *hashtag* #*justiçapormariferer* representou, além disso, repúdio ao posicionamento do corpo jurídico na última audiência do caso, particularmente em relação ao advogado do réu. Cláudio Gastão da Rosa Filho utilizou fotos supostamente sexuais da vítima, não relacionadas ao ato em julgamento, atreladas a um discurso machista para humilhá-la e desmoralizá-la. Sentenças como “*não gostaria de ter uma filha ‘no nível’ dela*”, “*não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lágrima de crocodilo*” e afirmações de que a vítima tirou fotos em “*posições ginecológicas*” foram proferidas pelo advogado do réu para desqualificar a acusação (THE INTERCEPT, 2020). A vítima, visivelmente abalada, implorava por respeito.

Segundo Anne Orford, a culpabilização da vítima por sua própria opressão se apresenta como uma técnica comum para lidar com a descoberta da insuficiência feminina e, portanto, para se afastar de uma “depravação semelhante” (ORFORD, 1999, p. 686-687). A possibilidade de *agência* do feminino é limitada aos confins do privado e, mesmo assim, é sempre condicionada. A condicionalidade é produto de um extenso processo de *mercantilização* do feminino. Este processo se manifesta como objeto de troca, hierarquizado em diferentes níveis. A mulher mais valiosa é aquela que se apresenta em sua *pura expressão da feminilidade* (virginal, cuidadora, submissa). À medida que estes *requisitos* não são plenamente alcançados, a expectativa da feminilidade é rompida e torna-se cada vez mais justificável a culpabilização da vítima. A culpabilização é um processo de *punição*. A produção de inseguranças de gênero pelos dispositivos que deveriam lhe garantir proteção caracteriza a manutenção do poder patriarcal por meio do trauma. O sujeito que sofre um abuso sexual revive a violência continuamente por meio das instituições: quando é examinado, ao detalhar a ocorrência às autoridades, e durante

2 A versão original da matéria foi alterada em função de um processo aberto pelo juiz Rudson Marcos e pelo promotor Thiago Carriço de Oliveira, sob a alegação de danos morais e manipulação de três vídeos curtos da audiência (a qual eles alegaram que deveria permanecer privada). Os detalhes desta ocorrência estão disponíveis em: <https://theintercept.com/2020/12/20/juiza-determinou-edicao-reportagem-mariana-ferrer/>

3 Termo utilizado pelo *The Intercept* para resumir o caso. Embora o significado da narrativa utilizada pelo advogado do réu seja esta, a terminologia não foi utilizada no processo.

4 Na página 85 do documento da promotoria declara-se que “se a confusão acerca da idade pode eliminar o dolo porque não aplicar-se a mesma interpretação com aquele que mantém relação com a pessoa maior de idade, cuja suposta incapacidade não é de seu conhecimento?”

o processo judicial. No caso aqui analisado, o trauma de Mariana foi reproduzido em larga escala pela mídia, juntamente à sua desmoralização e humilhação. O reconhecimento de que as articulações de proteção não abarcam as necessidades de gênero e, do contrário, atuam na ampliação de sua insegurança pode levar os indivíduos que são acometidos por esse tipo de violência a se manterem silenciosos.

4 | O DEVIR-SE FEMININO NO CONFLITO

Na articulação de binários patriarcais, o *feminino* equivale ao privado e, como consequência, o *masculino* é externalizado. O masculino se transforma em agência, em política, no *Estado*. A divisão sexual se inscreve, portanto, na separação das atividades produtivas e na manutenção do capital social e simbólico. O masculino, a partir de sua capacidade política, é aquele que *representa*, enquanto o feminino é representado (BOURDIEU, 2003, p. 60). O feminino só pode equivaler ao Estado a partir de sua relação com a *masculinização*, o que ocorre sempre de forma passiva. O Estado é a nação por meio de sua capacidade de constituir o *lar* dos seus nacionais. Ele se torna potência *viril* na sua agência do exercício *da guerra*. Isto é, os termos são sempre condicionados a partir das expectativas de gênero.

Este artigo utiliza termos como *feminilidade/masculinidade* ao invés de *mulher/homem* não apenas porque os sujeitos são seres performáticos que, na maioria das vezes, não são completamente definidos por esses binários. O emprego destas expressões garante a possibilidade de expandir sua associação para além de *indivíduos* e suas relações. Como mencionado, a *feminização forçada* é uma forma de expressão de poder biopolítico, ocorrendo de maneira ampla por todo o mundo subjetivo.

Esta seção, portanto, analisa como o patriarcado atua no conflito como arma de guerra e desestruturação do inimigo por meio de processos de feminização forçada. Os estupros de guerra não são uma simples consequência do conflito, mas constituem táticas planejadas e efetivas de trauma e desestabilização nacional (SJOBERG, 2017, p. 18). Em função da guerra ser um fenômeno *masculino*, a obtenção de vantagem sobre o inimigo está diretamente ligada à capacidade de um agente em vulnerabilizá-lo. A política patriarcal aplica categorias de gênero aos combatentes a fim de gerar uma ruptura que representa o sofrimento. Vulnerabilizar o *masculino* é despojá-lo de sua *agência*, rompendo com sua identidade política de *herói*, *protetor* e *salvador*. A construção identitária do Estado que vai à guerra é dependente da construção simultânea da nação que o espera voltar, a qual ele deve proteger. Um Estado incapaz de se articular política e economicamente a fim de salvaguardar seu lar feminizado é um Estado passivo, fraco, *falido*. A terminologia que nomeia o outro como *Estado falido* o coloca na posição de necessitado do auxílio de um agente de autoridade e potência para sua reconstrução.

A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma carga. Em oposição à mulher, cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade, o homem “verdadeiramente homem” é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública (BOURDIEU, 2003, p. 64).

A violência para com os nacionais de um Estado no conflito é, primordialmente, uma transgressão de sua *honra*. A honra, por sua vez, constitui a capacidade de proteger o *feminino*. Nomeadamente, o *estupro genocida* contra sujeitos tidos como femininos é utilizado como arma de guerra por seu potencial para destruir a consciência coletiva, propagar a fecundação forçada (e a impureza étnica, como consequência), influir na destruição de unidades familiares e humilhação nacional (SJOBORG, 2017, p. 18). Em *Mulheres como Estupradoras de Guerra*, Laura Sjoborg analisa as práticas discursivas da mídia em relação à violência sexual no conflito na ex-Iugoslávia, durante a década de 1990:

Há um elemento nacionalista e uma dinâmica racializada nessas narrativas [...] Zarkov explica que a discussão dos meios de comunicação croata sobre os estupros das mulheres croatas não enfatizou os detalhes brutais dos ataques e se concentrou na violação da mulher e da Croácia, ao mesmo tempo que forneceu uma quantidade significativa de detalhes sobre o que aconteceu com as mulheres muçulmanas quando foram estupradas - incluindo detalhes sobre como as mulheres foram violadas e brutalizadas. [...] Essa diferença demonstrava um sentido de voyeurismo quanto à vitimização do outro racializado ao lado de um discurso protetor sobre as mulheres do grupo. (SJOBORG, 2017, p. 80)

O trauma que essas mulheres sofreram foi intensificado pelas práticas discursivas dos canais de informação. No primeiro caso analisado, a violência contra a mulher foi silenciada a partir da exposição, no ambiente público, do que seria uma vida privada não condizente com os padrões patriarcais dominantes. Neste sentido, a atuação da estrutura judiciária representou uma privatização forçada. Ao contrário, no conflito iugoslavo, a violência contra as mulheres croatas foi silenciada no espaço público representado pela mídia, que se absteve de apresentar os detalhes dos estupros aos leitores. A vitimização das croatas é divulgada na medida em que ela pode ser utilizada como veículo político, neste caso para alavanca nacional em meio ao conflito. O sujeito *feminizado* no conflito é violentado em sua categoria de gênero. O corpo passivo, violado e feminizado é sistematicamente separado de seu próprio sofrimento, pois é transformado em um objeto nacional signifiante de honra. O trauma é propagado reiteradamente, mas deixa de ser uma questão individual para se tornar violação nacional.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero constitui uma temática de amplo e intenso debate. As dicotomias estão presentes em todos os gânglios sociais, em constante articulação patriarcal para sua manutenção. Este artigo fala sobre mulheres, mas não reduz sua opressão aos fatores biológicos que supostamente as compõem. Como elucidado por Walby, as estruturas do sistema patriarcal se apresentam em diversos níveis e são permeadas por diversas outras instituições, práticas e discursos que, por consequência, produzem efeitos múltiplos na construção e socialização dos sujeitos. Certos níveis da articulação patriarcal podem se mostrar mais evidentes que outros em determinadas instâncias, ao mesmo tempo que podem se entrelaçar e exercer poder sobre a vida de forma conjunta. Como observado, a análise da privatização do feminino no caso de abuso sexual de Mariana Ferrer utiliza elementos de violência masculina, relações patriarcais no Estado, relações patriarcais na sexualidade e na cultura, por exemplo. As relações patriarcais no Estado, por meio do conflito internacional, também possuem elementos referentes à violência masculina, à sexualidade e à cultura, embora se apresentem em contextos diferentes da primeira análise.

O primeiro passo da desconstrução dos binários de gênero surge no entendimento de que eles não são naturais. Se as categorias de gênero são impostas aos sujeitos por um processo de alfabetização corporal e subjetiva, elas constituem todos os agentes (masculinos e femininos) em uma relação identitária dependente. Ou seja, as estruturas de poder, permeadas pelo patriarcado, mantêm a sua identidade à medida que são capazes de constantemente alocar os indivíduos, processos e sentimentos em categorias de gênero. Reconhecer a manufatura destas práticas de controle constitui, portanto, a possibilidade de articulação de resistência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Schirlei. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com sentença inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem. **The Intercept Brasil**, 3 de Novembro de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em 14 de novembro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. Brasil, 2003. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRASIL. Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HANSEN, Lene. **The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School**. Millennium: Journal of International Studies, vol. 29, no. 2, June 2000, pp. 285–306. DOI.org (Crossref), doi:10.1177/03058298000290020501.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes Antropológicos, vol. 4, no. 9, Oct. 1998, pp. 103–17. SciELO, doi:10.1590/S0104-71831998000200007.

LAS TESIS. **Un violador en tu camino**. Santiago, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aB7r6hdo3W4>

MITZEN, Jennifer. **Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma**. European Journal of International Relations, vol. 12, no. 3, Sept. 2006, pp. 341–70. DOI.org (Crossref), doi:10.1177/1354066106067346.

ORFORD, Anne. **Muscular Humanitarianism: Reading the narratives of the New Interventionism**. European Journal of International Law, 1999, vol. 10, no 4, pp. 679-711

RESENDE, Erica Simone Almeida. **Aporia e trauma na crise de significados do Onze de Setembro**. Contexto Internacional, vol. 32, no. 1, June 2010, pp. 205–38. SciELO, doi:10.1590/S0102-85292010000100007.

SJOBERG, Laura. **Women as Wartime Rapists: Beyond Sensation and Stereotyping**. New York University Press, 2017.

WALBY, Sylvia. **Theorising Patriarchy**. Sociology, vol. 23, no. 2, May 1989, pp. 213–34. DOI.org (Crossref), doi:10.1177/0038038589023002004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200


Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 